

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23522.005850/2024-96

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS e outros PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - HUB, conforme as especificações técnicas e condições expressas neste processo, cuja quantidade foi estimada para consumo em 12 meses.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O HUB/EBSERH, é uma instituição credenciada para realização de procedimentos de média e alta complexidade, tendo como responsabilidade oferecer assistência segura, ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, respeitando-se exigências legais.

2.2. A aquisição irá favorecer a assistência aos pacientes que necessitam dos serviços prestados pelo HUB e contratualizado com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF).

2.3. A presente demanda se justifica em virtude da necessidade de abastecer a Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoque do Hospital Universitário de Brasília - HUB com Medicamentos de uso PSICOTRÓPICOS e geral.

2.4. O detalhamento e as especificações técnicas dos insumos foram realizados a partir das demanda da Unidade de Farmácia Clínica e Dispensação Farmacêutica, devidamente analisadas, deferidas, e consequentemente, incluídas no elenco de itens disponíveis neste hospital, por meio da Unidade de Almoxarifados e Controle de Estoques - UACE.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. O presente documento tem por objeto a eventual **Aquisição de MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS e outros** da Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques do HUB-UNB, conforme as especificações técnicas descritas na tabela abaixo e cuja quantidade foi estimada para consumo em 12 meses.

ITEM	AGHU	EBSERH	CATMAT	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE
1	13650	EBF00786	267504	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG	COMPRIMIDO /CÁPSULA	17.000
2	288933	EBF00789	308732	ÁCIDO VALPRÓICO 50MG/ML 100ML XAROPE	FRASCO	750
3	400227	EBF01211	448986	ALFAINTERFERONA 2A 9.000.000 UI	AMPOLA/SERINGA	100
4	408203	EBF01496	448989	ALFAPEGINTERFERONA 2A 180MCG INJETÁVEL SERINGA PREENCHIDA 0,5ML	SERINGA PREENCHIDA	100
5	138975	EBF00546	268378	ALFENTANILA, CLORIDRATO 0,5 MG/ML AMP 5 ML SOL. INJ.	AMPOLA	600
6	288937	EBF01449	446264	AMBROXOL CLORIDRATO 30MG/5ML - XAROPE ADULTO (120 ML)	FRASCO	300
7	13820	EBF00806	267512	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG CP	COMPRIMIDO	9.500
8	400170	EBF02570	270140	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG CP	COMPRIMIDO	1.300
9	13897	EBF02579	270138	BIPERIDENO, LACTATO DE 5MG/ML AMP 1ML	AMPOLA	700
10	270057	EBF00808	268994	BUPROPIONA, CLORIDRATO 150MG COMP	COMPRIMIDO	800
11	169650	EBF00796	272454	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML OU 100 MG/5ML SUSP. ORAL FR 100 ML	FRASCO	100
12	13994	EBF00797	267618	CARBAMAZEPINA 200MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	4.000
13	14117	EBF01239	340148	CICLOFOSFAMIDA 1000 MG FR/AMP	FRASCO -AMPOLA	2.500
14	14095	EBF01241	268427	CICLOFOSFAMIDA 50 MG DRAG	COMPRIMIDO/CÁPSULA/DRÁGEA	25.000
15	14125	EBF01881	272134	CICLOPENTOLATO, CLORIDRATO 1% OU 10 MG/ML FR 5 ML	FRASCO	150
16	219649	EBF01259	340202	CLADRIBINA 1MG/ML AMPOLA 10ML	FRASCO AMPOLA	2.300
17	152846	EBF00800	272901	CLOBAZAM 10 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.500
18	14524	EBF00810	267522	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25MG CP	COMPRIMIDO	800
19	14184	EBF00802	270118	CLONAZEPAM 0,5MG CP	COMPRIMIDO	7.000
20	13404	EBF00805	270120	CLONAZEPAM 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FR 20 ML	FRASCO	500
21	14192	EBF00803	270119	CLONAZEPAM 2MG CP	COMPRIMIDO	3.000
22	14370	EBF00813	267638	CLORPROMAZINA 100 MG CP	COMPRIMIDO	2.000
23	14362	EBF00814	267635	CLORPROMAZINA 25 MG CP	COMPRIMIDO	2.000
24	14389	EBF00815	340207	CLORPROMAZINA 4% (40 MG/ML) SOLUÇÃO ORAL FR 20 ML	FRASCO	800
25	274035	EBF00842	267527	CLOXAZOLAN 2 MG CP	COMPRIMIDO	300
26	201979	EBF00843	272431	CLOZAPINA 100 MG CP	COMPRIMIDO	2.000
27	185043	EBF00844	272429	CLOZAPINA 25 MG CP	COMPRIMIDO	950
28	289076	EBF01523	270907	CODEÍNA + PARACETAMOL 500 MG + 30 MG CP	COMPRIMIDO	4.500
29	293541	EBF01524	270906	CODEÍNA + PARACETAMOL 7,5 MG + 500 MG CP	COMPRIMIDO	1.550
30	14443	EBF01518	272784	CODEÍNA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FR 120ML	FRASCO	250
31	14435	EBF01519	272782	CODEÍNA, FOSFATO 30 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	4.000
32	276496	EBF00562	352204	DEXMEDETOMIDINA 100 MCG/ ML FA 2 ML	FRASCO-AMPOLA	3.000
33	282012	EBF00563	602763	DEXTROCETAMINA 50 MG/ML AMP 2 ML	AMPOLA	1.600
34	405007	EBF00564	602763	DEXTROCETAMINA CLORIDRATO (ESCETAMINA), 50 MG/ML, SOL. INJ. FA 10 ML	FRASCO-AMPOLA	900
35	14630	EBF00848	267195	DIAZEPAM 5 MG CP	COMPRIMIDO	5.000
36	14664	EBF00847	267194	DIAZEPAM 5 MG/ML AM 2 ML	AMPOLA	2.750
37	260940	EBF01296	272490	DIETILESTILBESTROL 1MG	COMPRIMIDO	1.000
38	269618	EBF01704	272336	DIMENIDRINATO + PRIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE AMP 10 ML (B6 DL)	AMPOLA	8.000
39	14826	EBF01586	268252	DIPIRONA 500 MG/ML AMP 2 ML	AMPOLA	70.000
40	154431	EBF00706	271953	DROPERIDOL 2,5 MG/ML AMP 1 ML	AMPOLA	150

41	266299	EBF00949	448982	ENOXAPARINA 80 MG SERINGA	SERINGA PREENCHIDA 0,8 ML	5.000
42	279445	EBF01065	272194	ESMOLOL 10 MG/ML	FRASCO-AMPOLA	150
43	285156	EBF00707	270116	ETOMIDATO 2 MG/ ML AMP 10 ML	AMPOLA	900
44	14990	EBF01887	271790	FENILEFRINA 10% SOL. OFTALM. MIDRIATICA FR 5 ML	FRASCO	150
45	15024	EBF00849	267657	FENITOÍNA 100 MG CP	COMPRIMIDO	5.000
46	288991	EBF00850	269391	FENITOÍNA 20 MG/ML OU 100 MG/5ML FR 120 ML	FRASCO	100
47	15067	EBF00854	300723	FENOBARBITAL 4% FR 20 ML	FRASCO	250
48	15059	EBF00852	300725	FENOBARBITAL 100 MG	COMPRIMIDO	1.500
49	233412	EBF00852	300725	FENOBARBITAL 100 MG/ML (2 ML)	AMPOLA	550
50	115240	EBF00536	271950	FENTANILA 0,05 MG/ML AM 2 ML ENVOLTA EM EMBALAGEM ESTERIL INDIVIDUAL	AMPOLA	2.500
51	140767	EBF00537	271950	FENTANILA 0,05 MG/ML AM 5ML	AMPOLA	2.000
52	15091	EBF00538	271950	FENTANILA 0,05 MG/ML FA 10 ML	FRASCO/AMPOLA	17.000
53	243981	EBF01315	268509	FLUDARABINA 50MG FRASCO AMPOLA	FRASCO -AMPOLA	1.000
54	138363	EBF02497	268510	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML AMP 5 ML	AMPOLA	1.700
55	269880	EBF01310	268478	FLUORURACILA 50 MG/ML 10 ML (500 MG) FRASCO AMPOLA	FRASCO AMPOLA	1.750
56	161349	EBF00820	273009	FLUOXETINA, CLORIDRATO DE 20 MG CP OU CÁPSULA	COMPRIMIDO/CÁPSULA	6.500
57	261807	EBF00856	268107	GABAPENTINA 300MG CP	COMPRIMIDO	15.000
58	15393	EBF00858	267670	HALOPERIDOL 1 MG CP	COMPRIMIDO	1.250
59	15415	EBF00859	292195	HALOPERIDOL 2 MG/ML FR 20 ML	FRASCO	700
60	15407	EBF00862	267669	HALOPERIDOL 5 MG CP	COMPRIMIDO	1.250
61	15423	EBF00861	292196	HALOPERIDOL 5 MG/ML AM 1 ML	AMPOLA	1.250
62	174637	EBF01281	270408	IDARRUBICINA 10MG FRA	FRASCO	1.250
63	278854	EBF01282	270407	IDARRUBICINA 5 MG FRA	FRASCO	2.250
64	249742	EBF00823	267292	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG DG	COMPRIMIDO	650
65	142905	EBF00483	343089	IMUNOGLOBULINA ANTI-TIMOCITO - TYMOGLOBULINE 25MG	FRASCO -AMPOLA	600
66	400239	EBF00484	450102	IMUNOGLOBULINA HUMANA 2,5G - 50ML	FRASCO	350
67	166510	EBF00522	268469	ISOFLURANO FR 100 ML	FRASCO	100
68	268658	EBF00870	272809	LAMOTRIGINA 100MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.000
69	200700	EBF00871	295040	LAMOTRIGINA 25MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.000
70	248029	EBF01890	272234	LEVOBUNOLOL 0,5% FR COLÍRIO 5ML	FRASCO	150
71	15822	EBF00882	268130	LEVOMEPRMAZINA 0,4% FR 20 ML	FRASCO	250
72	15814	EBF00880	268129	LEVOMEPRMAZINA 100 MG	COMPRIMIDO	1.750
73	25806	EBF00881	268128	LEVOMEPRMAZINA 25 MG	COMPRIMIDO	1.750
74	14010	EBF00798	267621	LÍTIO, CARBONATO DE 300 MG CP	COMPRIMIDO	3.000
75	17159	EBF00878	273472	LORAZEPAM 1 MG CP	COMPRIMIDO	1.250
76	289022	EBF00879	273473	LORAZEPAM 2 MG CP	COMPRIMIDO	2.250
77	407867	EBF02139	316334	MEIO DE CONTRASTE IODADO NÃO IÔNICO para uso intravascular 300 mg/ml e osmolaridade inferior mosm/kg h2o fr 100 ML (lobitridol)	FRASCO	2.250
78	6637	EBF02143	316335	MEIO DE CONTRASTE IODADO NÃO IÔNICO PARA USO INTRAVASCULAR 350 A 370 MG DE IODO/ML E OSMOLARIDADE INFERIOR A 850 MOSM/KG H2O FR 100 ML (lobitridol)	FRASCO	2.250
79	16004	EBF01336	270440	MELFALANO 2 MG COMP	COMPRIMIDO	10.000
80	158461	EBF01337	272692	MELFALANO 50 MG - FRA	FRASCO AMPOLA	2.000
81	272582	EBF02515	273664	MESNA 400MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.650
82	271992	EBF01503	268094	METADONA 10MG/ML INJETÁVEL, AMP 1 ML	AMPOLA	1.500
83	247278	EBF01505	268092	METADONA 5MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	4.500
84	16101	EBF01692	267310	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOL. INJETÁVEL AMP 2 ML	AMPOLA	24.000
85	16136	EBF00216	394856	METRONIDAZOL (BENZODIIMETRONIDAZOL) 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML	FRASCO	150
86	269907	EBF00828	272817	MIDAZOLAM 15 MG CP	COMPRIMIDO	1.200
87	408213	EBF00828	271556	MIDAZOLAM 2MG/ML 10ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	100
88	168815	EBF00696	268481	MIDAZOLAM 5 MG/ML AMP 10 ML	AMPOLA	8.500
89	17272	EBF00697	268481	MIDAZOLAM 5 MG/ML AMP 3 ML	AMPOLA	2.650
90	289028	EBF00830	267376	MIDAZOLAM 7,5 MG CP	COMPRIMIDO	550
91	288494	EBF01137	273474	MILRINONA 1MG/ML AMPOLA 10 ML	FRASCO AMPOLA	1.500
92	172707	EBF00769	358755	MISOPROSTROL 200 MCG CP VAGINAL	COMPRIMIDO	1.500
93	272320	EBF00770	358753	MISOPROSTROL 25 MCG CP VAGINAL	COMPRIMIDO	3.500
94	402015	EBF01525	420599	MORFINA 0,1 MG/ML AM 1 ML	AMPOLA	3.000
95	189910	EBF01527	304870	MORFINA 1 MG/ML AM 2 ML ENVOLTA EM EMBALAGEM ESTERIL INDIVIDUAL	AMPOLA	2.250
96	19259	EBF01530	271392	MORFINA 10 MG CP	COMPRIMIDO	15.000
97	16179	EBF01528	304871	MORFINA 10 MG/ML AMP 1 ML	AMPOLA	15.000
98	233978	EBF01531	271391	MORFINA 30 MG CP	COMPRIMIDO	3.100
99	180254	EBF01506	268501	NALBUFINA 10 MG/ ML AM 1 ML	AMPOLA	2.100
100	116246	EBF02498	272326	NALOXONA 0,4 MG/ML AM 1 ML	AMPOLA	600
101	284578	EBF01355	374967	NILOTINIBE 200 MG	CÁPSULA	3.250
102	141623	EBF00831	271609	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 10 MG CÁPSULA	CÁPSULA	600
103	228320	EBF00832	271606	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 25 MG CÁPSULA	CÁPSULA	560
104	203424	EBF00834	271607	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE 75 MG CÁPSULA	CÁPSULA	350
105	400314	EBF00318	268297	OFLOXACINO 400MG	COMPRIMIDO	750
106	260762	EBF00888	271621	OLANZAPINA 10 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.750
107	267783	EBF00890	271620	OLANZAPINA 5 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.650
108	270899	EBF01365	455890	PAMIDRONATO 90 MG FRASCO AMPOLA	FRASCO -AMPOLA	2.000
109	400171	EBF01508	272329	PETIDINA 50 MG/ML AMP 2 ML	AMPOLA	1.250
110	408351	EBF01846	449107	POLIVITAMINICO PARA NUTRIÇÃO PARENTERAL - polivitamínico: vitamina A (palmitado de retinol) + vitamina D (colecalférol) + vitamina E (acetato de racalfatocóferol) + vitamina B1 (cloridrato de tiamina) + vitamina B2 (fosfato sódico de riboflavina) + vitamina PP (nicotinamida) + vitamina B5 (dexpantenol) + vitamina B6 (cloridrato	FRASCO AMPOLA	2.500

				de piridoxina) + vitamina C (ácido ascórbico) + vitamina B8 (biotina) + vitamina B9 (ácido fólico) + vitamina B12 (cianocobalamina); 3.500 UI + 220 UI + 11,2 UI + 3,51 mg + 4,14 mg + 46 mg + 17,25 mg + 4,53 mg + 125 mg + 69 mcg + 414 mcg + 6 mcg; pó para solução injetável		
111	138983	EBF00711	305935	PROPOFOL 1% 10 MG/ML FRS 20 ML	FRASCO-AMPOLA	6.000
112	248568	EBF00713	448761	PROPOFOL 1% 10MG/ML 50 ML SERINGA	SERINGA	650
113	218499	EBF00714	305936	PROPOFOL, DOSAGEM 20 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA EMULSÃO INJETÁVEL 2% SERINGA	SERINGA	650
114	272642	EBF01001	268380	PROSTAGLANDINA E1 (ALPROSTADIL) 20MCG/ML AMPOLA	AMPOLA	800
115	269742	EBF00863	272832	QUETIAPINA, 100 MG CP	COMPRIMIDO	3.500
116	275826	EBF00864	272833	QUETIAPINA, 200 MG CP	COMPRIMIDO	2.500
117	270226	EBF00865	272831	QUETIAPINA, 25 MG CP	COMPRIMIDO	9.500
118	268798	EBF02804	268973	REMIFENTANIL 2 MG FA	FRASCO-AMPOLA	1.500
119	253367	EBF00899	272839	RISPERIDONA 1MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.500
120	198447	EBF00900	268149	RISPERIDONA 2MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.700
121	22469	EBF00523	308877	SEVOFLURANO 250 ML FRS	FRASCO	900
122	400172	EBF00541	449401	SUFENTANILA, CIT 50 MCG/ML AM 1 ML	AMPOLA	700
123	289184	EBF00543	449401	SUFENTANILA, CIT 50 MCG/ML AM 5 ML	AMPOLA	400
124	18120	EBF02806	278261	TIOPENTAL 1 G FA	FRASCO-AMPOLA	150
125	267210	EBF00902	272851	TOPIRAMATO 100MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	550
126	269457	EBF00903	272849	TOPIRAMATO 25MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.250
127	166731	EBF01509	292380	TRAMADOL, CLORIDRATO 100 MG/ML GOTAS FR 10 ML	FRASCO	150
128	154709	EBF01514	268534	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG CS	CÁPSULA	3.000
129	280046	EBF01512	292382	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG/ML AM 2 ML	AMPOLA	8.250
130	400463	EBF01385	278393	TRETINOÍNA 10MG (ÁCIDO-TRANS-RETINÓICO)	CÁPSULA	6.000
131	283944	EBF00841	272382	VENLAFAXINA, CLORIDRATO 75MG	COMPRIMIDO	600
132	18260	EBF01375	268542	VIMBLASTINA 10 MG FR/AMP	FRASCO AMPOLA	1.250
133	289078	EBF01959	267732	VITELINATO DE PRATA 10% SOL. OFTÁLMICA (100 MG/ML) 5ML	FRASCO	150

3.2. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

4. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. O procedimento de aquisição será conduzido através da modalidade de licitação denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma de **REGISTRO DE PREÇOS - SRP**, no portal de compras do Governo Federal, obedecendo ao disposto no art. 27 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

4.2. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

4.3. **Modo de disputa:** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto.

4.4. **Intervalo entre lances:** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,75%.

4.5. **Condições de participação:** Para participação neste Pregão deverão ser observados:

4.5.1. as previsões constantes no art. 69 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;

4.5.2. a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;

4.5.3. o atendimento por parte do licitante ao art. 7º, XXXIII da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que prevê "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos";

4.5.4. a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da [Instrução Normativa nº 03](#), de 2018;

4.5.5. o previsto no art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:

4.5.6. Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh: (...)

VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

5. **CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

5.1. Deverão ser observados os requisitos de habilitação definidos no art. 65 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, bem como os definidos no Edital, tais como:

5.2. **Habilitação Técnica:**

5.3. Será exigido das **empresas licitantes** que comprovem habilitação técnica compatível com o objeto licitado, nos seguintes termos:

5.3.1. LICENÇA SANITÁRIA da empresa distribuidora, com o ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, expedida pelo órgão de fiscalização sanitária;

5.3.2. Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Anvisa.

5.3.3. REGISTRO DO PRODUTO OU A SUA ISENÇÃO, na Agência Nacional da Vigilância Sanitária – ANVISA, do Ministério da Saúde, cujos dados poderão ser confirmados no endereço eletrônico www.anvisa.gov.br;

5.3.4. Caso o REGISTRO esteja VENCIDO, a Licitante deverá apresentar a certidão de registro vencida e o respectivo pedido de revalidação, com o carimbo do protocolo do Ministério da Saúde legível, para averiguação do prazo;

5.3.5. Caso o produto seja ISENTO de REGISTRO, a Licitante deverá apresentar a certidão de isenção ou outro instrumento que comprove a situação do produto junto ao Ministério da Saúde (ANVISA);

- 5.3.6. Ficarà a cargo da empresa interessada provar que o produto objeto da contratação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.
- 5.3.7. As Licitantes deverão mencionar na proposta de preços o número de REGISTRO no Ministério da Saúde dos produtos cotados ou mencionar explicitamente se o produto é isento de registro.
- 5.3.8. Autorização Especial emitida pela ANVISA para a empresa licitante que cotar especialidade farmacêutica relacionada na Portaria 344/98, da Secretaria de Vigilância do Ministério da Saúde. Deve constar autorização para o exercício de distribuição ou comércio atacadista de medicamentos, de acordo com o Artigo 2º da Resolução RDC nº 16 de 01/04/2014 - ANVISA.
- 5.3.9. Certificado de Regularidade Técnica expedido pelo Conselho Regional de Farmácia para o licitante de produto magistral (manipulado).
- 5.3.10. Caso haja a oferta de medicamentos manipulados, deverão ser respeitados os critérios da RDC 67/2007.
- 5.3.11. Os produtos deverão ser entregues com **prazo de validade para uso igual ou superior a 01 (um) ano**, exceto aqueles cuja validade normal seja comprovadamente inferior a este prazo, caso em que tal situação deverá ser devidamente esclarecida na proposta.
- 5.3.12. A Proposta de Preços, ao serem enviadas, deverão conter o valor unitário e global, assim como a descrição do produto, indicando nome do fabricante, marca comercial e demais referências que identifiquem o produto cotado, para efeito de conferência, observado as especificações técnicas, contendo ainda:
- Fator embalagem dos materiais contratados, especificando a quantidade de unidades por embalagem;
 - Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;
 - Prazo de validade;
 - Registro na Anvisa conforme Habilitação - Qualificação Técnica;
 - Catálogo com imagem e descritivo do item ofertado, caso tenha disponível pelo fabricante e/ou fornecedor;
 - Deverá constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de Fornecedores da Ebserh. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.
 - O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.
 - Nos preços cotados dos materiais deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação, proposta.
- 5.3.13. DECLARAÇÃO DE TROCA DE PRODUTOS, informando que, durante o prazo de validade do produto e em condições normais de estocagem, se os produtos fornecidos deteriorarem ou perderem suas características, serão trocados, por conta e ônus da empresa licitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da comunicação, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante, com o número da cédula de identidade e do CPF do declarante.
- 5.3.14. Os materiais a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.
- 5.3.15. Os produtos que necessitem de refrigeração, deverão ser entregues devidamente acondicionados e com temperatura controlada conforme a especificação de cada insumo.
- 5.4. **Habilitação jurídica:**
- 5.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 5.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
- 5.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.4.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 5.4.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 5.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;
- 5.4.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 5.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.
- 5.5. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 5.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 5.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 5.5.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 5.5.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 5.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

5.6. Qualificação Econômico-Financeira:

5.6.1. De acordo com o previsto no Edital.

6. AMOSTRA

6.1. A finalidade da amostra é permitir ao HUB aferir a compatibilidade material entre o objeto ofertado pelo licitante e o objeto demandado no instrumento convocatório, com vistas a satisfazer a necessidade desta Entidade. Registra-se que para a contratação pretendida não será necessário apresentação de amostra.

7. ESTIMATIVA DO VALOR PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Conforme Art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0:

"Art. 7º O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas(...).

§ 1º Para fins do disposto no caput, o valor estimado para a contratação será tornado público apenas após o encerramento da etapa de julgamento das propostas.

7.2. Dessa maneira, será adotado o critério do orçamento sigiloso.

8. DA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

8.1. Os licitantes vencedores assinarão Atas de Registro de Preços - ARP nos termos do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

8.2. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.3. Durante a vigência das atas de registro de preços decorrentes da licitação os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas nos arts. 25 e 27 do Decreto nº 11.462/23, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), caso necessário.

8.4. Em caso de reajuste, as Atas de Registro de Preços devem respeitar a anualidade e, dessa forma, se relacionam à eventual prorrogação, devendo-se demonstrar a vantajosidade de sua prorrogação, utilizando-se o índice IPCA/IBGE, de acordo com o art. 15, inciso IX do Decreto nº 11.462/23.

8.5. As unidades contratantes emitirão Notas de Empenho para formalizar cada contratação decorrente das respectivas Atas de Registro de Preços - ARP.

8.6. Será permitida a adesão nas atas de registro de preços formalizadas através desta licitação.

8.7. A prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços renova os quantitativos a serem adquiridos.

8.7.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9. DO REAJUSTE

9.1. O reequilíbrio econômico financeiro no SRP é cabível em determinadas situações previstas nos termos do art. 171 a 175 do RLCE 2.0, assim no caso de prorrogação da ata de registro de preços, será concedido o reajuste em sentido estrito.

9.2. O preço consignado na Ata de Registro de Preços, poderá ser corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado do início da vigência da ata, pela variação do INPC acumulado dos últimos 12 meses.

9.3. O reajuste incidirá sobre o valor fixo de cada item;

9.4. O reajuste ocorrerá por apostilamento.

10. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir que a Administração torne pública suas intenções de realizar licitação para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

10.2. A obrigatoriedade de consulta e divulgação das IRPs, está expressa no Decreto nº 11.462/2023, parágrafos 9º e 10º, vejamos:

"Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º.

Art. 10. Os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

Parágrafo único. Constará nos autos do processo de contratação a manifestação do órgão ou da entidade sobre a deliberação de que trata o caput."

10.3. A Diretoria de Administração e Infraestrutura da EBSEH - DAI, por meio da Nota Técnica - SEI 1 (35985224), recomenda o cumprimento do normativo, ao passo que reconhece a discricionariedade da Unidade Hospitalar, quanto a conveniência ou não de participação em IRPs:

"O Decreto estabelece como obrigatória a realização e consulta de IRPs eventualmente abertas. Assim, a DAI recomenda a realização dessas etapas e a subsequente deliberação da conveniência ou não de participação em IRPs, registrando-se no respectivo processo antes de iniciar o planejamento da contratação.

Devem ser observados elementos importantes para a adequada deliberação, como as características do produto, se é compatível com o item padronizado no HU e prazos de entrega. Orientamos especial atenção se a IRP está sendo desenvolvida por outra unidade da Ebserh, aproveitando-se da oportunidade de participação."

10.4. Nesse contexto, à luz dos referidos normativos e das particularidades deste processo, tem-se a destacar que, a consulta (participação) e divulgação das IRPs e, posteriormente eventual aceitação de órgãos participantes exige da Administração a projeção de um tempo maior para a tramitação dos processos e consequentemente da etapa de planejamento da contratação, neste sentido deve-se esclarecer que a instrução do processo em tela deu-se no início no mês de novembro de 2023, ou seja, já é possível apontar um lapso temporal significativo, desse modo para os processos cuja instrução encontra-se avançada, manifesta-se pela não divulgação da IRP, bem como pela não consulta a IRP, visando a celeridade do presente certame, mitigando assim a ruptura de estoque, o que impactaria diretamente na prestação da assistência à saúde.

10.5. Reforça-se, também, que se optou pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, levando esta instituição a qualidade de órgão gerenciador.

11. DO MODELO DE EXECUÇÃO, ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 11.1. Será emitida nota de empenho
- 11.2. O objeto da contratação será recebido:
- 11.3. Provisoriamente, pelo Almoxarifado de Material Médico Hospitalar do contratante, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação e com a proposta.
- 11.4. Definitivamente, depois de verificada a qualidade e quantidade dos produtos e sua consequente aceitação em até 05 (cinco) dias corridos após o recebimento provisório, mediante carimbo apostado na nota fiscal/fatura, devidamente datado e assinado.
- 11.5. A contratada obriga-se a entregar os produtos de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referências e no Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do produto que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações.
- 11.6. Quando da Nota Fiscal emitida pela licitante deverá conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento.
- 11.7. Será considerada como recusa formal a falta de entrega dos produtos no prazo estabelecido, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pela Contratada e reconhecido pelo HUB.
- 11.8. A Administração rejeitará no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.
- 11.9. O produto deverá ser entregue no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data de recebimento do empenho pelo fornecedor, mediante solicitação do Almoxarifado de Material Médico, através do envio da nota de empenho, na quantidade e descrição solicitada, sendo em dia útil, nos horários das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, no Almoxarifado de Material Médico Hospitalar, Anexo II, Subsolo CEP: 70.830-200
- 11.10. O aceite/aprovação dos produtos, pelo HUB não exclui a responsabilidade civil do (s) fornecedores por vícios de quantidade ou qualidade do (s) produtos, ou referência verificados posteriormente, garantindo-se ao HUB as faculdades previstas em Lei.
- 11.11. Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade para uso igual ou superior a 01 (um) ano, exceto aqueles cuja validade normal seja comprovadamente inferior a este prazo, caso em que tal situação deverá ser devidamente esclarecida na proposta.
- 11.12. O fornecimento deverá ser realizado no local estabelecido, quando da emissão da Nota de Empenho, mediante solicitação formal do HUB, na forma e condições fixadas no Edital.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. São obrigações da Contratante:
- 12.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 12.1.3. Designar um servidor para acompanhar e fiscalizar a entrega do produto, através do Almoxarifado;
- 12.1.4. Supervisionar a execução do objeto e atestar as notas fiscais correspondentes por intermédio do funcionário designado pelo HUB;
- 12.1.5. Permitir acesso dos empregados da Contratada às dependências do HUB para a entrega dos produtos adquiridos;
- 12.1.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 12.1.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 12.1.8. Rejeitar, no todo ou em parte, o produto entregue em desacordo com as especificações estabelecidas do mesmo;
- 12.1.9. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 13.2. Assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação;
- 13.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: **marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;**
- 13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 13.5. Substituir, em até 05 (cinco) dias úteis após a notificação, o produto que apresentar qualquer impropriedade, nos 12 (doze) meses seguintes ao recebimento definitivo, sem implicar custos adicionais aos cofres públicos;
- 13.6. Arcar com todas as despesas decorrentes da entrega do objeto sem qualquer ônus adicional para o HUB;
- 13.7. Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas advindas do cumprimento das obrigações assumidas, relativamente ao pessoal utilizado, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com o HUB;
- 13.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.9. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.10. Manter preposto, aceito pelo HUB, para representá-la quando da entrega do produto, quando couber;

13.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e o acompanhamento do HUB;

13.12. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do cumprimento da Ata de Registro de Preços;

13.13. Não transferir a outrem por qualquer forma, mesmo que parcialmente, a obrigação da presente Ata de Registro de Preços;

13.14. Entregar o produto devidamente acondicionado nas estritas observâncias às normas de segurança que lhe são aplicadas.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

14.2. Não será admitida a contratação de consórcios por inexistirem fatores técnicos ou econômicos do objeto que ensejariam a ampliação da competitividade através do mesmo.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do HUB à continuidade do pactuado na Ata de Registro de Preços.

16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. Nos termos do Capítulo V – Da Gestão do Contrato - Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, será (ão) designado (s) representante (s) para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do HUB ou de seus agentes e prepostos.

16.3. O representante do HUB anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

17.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.5. Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

17.5.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- b) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
- e) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- f) Certidão Negativa de Inidôneos – TCU.

17.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.13. O HUB não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

17.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I X N X VP

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = (TX)

I =	(6 / 100)
	365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Por se tratar de licitação que será processada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, a indicação da dotação orçamentária ocorrerá somente no momento da formalização do contrato, nos termos do art. 17º, do Decreto nº. 11.462/23.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato o HUB poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 19.1.1. Advertência;
- 19.1.2. Multa de:
- 19.1.2.1. 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso injustificado execução do objeto limitada a incidência de 30 (trinta) dias, configurando, nesta hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida;
- 19.1.2.2. 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso injustificado após o trigésimo dia, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 19.1.2.3. 0,4% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de não correção da má execução do objeto, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, limitada a incidência a 10 (dez) dias, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida;
- 19.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o HUB, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 19.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo HUB ou cobrada judicialmente.
- 19.3. As sanções previstas nos itens 18.1.1 e 18.1.3 do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do item 18.1.2, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.
- 19.4. Poderá ser emitida GRU –Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada.
- 19.5. O HUB deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS -Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/13, bem como no SICAF -sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.
- 19.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o HUB poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- 19.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o HUB em virtude de atos ilícitos praticados;
- 19.6.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- 19.6.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 19.6.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 19.6.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 19.6.8. Não mantiver a proposta;
- 19.6.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 19.6.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.
- 19.7. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 19.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Licitante/adjudicatária.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. As sanções descritas acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

19.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e CEIS.

19.12. Aos licitantes, será aplicada quando necessário, a [Norma Operacional EBSEH nº 07, de 03 de março de 2023](https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acao-a-informacao/licitacoes-e-contratos/legislacao-e-normas-de-licitacoes-e-contratos/normas-vigentes/sei_sede-28062396-norma-operacional-sei.pdf/view), disponível no sítio https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acao-a-informacao/licitacoes-e-contratos/legislacao-e-normas-de-licitacoes-e-contratos/normas-vigentes/sei_sede-28062396-norma-operacional-sei.pdf/view. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, voltado à aplicação de sanções administrativas a licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

20. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

20.1. Os materiais a serem fornecidos deverão ser produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.

21. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

21.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais

21.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

21.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

21.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

21.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

23. ANEXOS

23.1. ANEXO I: Modelo de Proposta (37286911)

23.2. ANEXO II: Termo de Recebimento (37287178)

O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 37, inciso II, do **Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH - versão 2.0**, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

Marcia Fabricia Mendes De Assis

Chefe do Setor de Suprimentos e Abastecimento Farmacêutico

Luis Fernando Araújo Fagundes

Chefe Substituto da Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques

Roberlúcio Silva de Oliveira

Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Roberlucio Silva De Oliveira, Técnico(a) Administrativo**, em 04/04/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Fabricia Mendes De Assis, Chefe de Setor**, em 04/04/2024, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Pereira Fagundes de Oliveira, Chefe de Unidade, Substituto(a)**, em 04/04/2024, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37812902** e o código CRC **E3F8B6E4**.